

HABEAS CORPUS Nº 546.906 - ES (2019/0349016-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : FABRICIO PIANNA CALMON
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABRÍCIO PIANNA CALMON contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo na Apelação Criminal n.º 0003131.92.2012.8.08.0024.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa como incurso nos arts. 155, § 4.º, inciso IV, do Código Penal, e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma do art. 70 do Código Penal.

Nas razões do presente *writ*, alega a Parte Impetrante que, ao fundamento da extinção da punibilidade do Autor em razão da prescrição retroativa, interpôs recurso de apelação, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao recurso e rejeitado os subsequentes embargos declaratórios.

Aduz que o recebimento do aditamento à denúncia não deve impor novo marco inicial para a contagem do prazo prescricional e, acaso impusesse, o lapso temporal para a prescrição deve ser considerado transcorrido, posto que reduzido à metade, uma vez que o Paciente era menor de 21 anos na data da prática dos fatos delitivos.

Acrescenta que as instâncias ordinárias violaram o disposto no art. 119 do Código Penal.

Sustenta que a menoridade do Paciente foi reconhecida pela Corte de origem por ocasião do julgamento dos primeiros embargos declaratórios opostos contra o acórdão

da apelação, de modo que:

"Por conseguinte, torna-se evidente que, incidindo tanto a regra do art. 119 do Código Penal, quanto a do art. 115 do mesmo diploma normativo, chega-se à conclusão de que o prazo para verificação da ocorrência de prescrição de cada um dos crimes será o de 04 (quatro) anos (art. 109, V do CP) reduzido à metade (art. 115. CP), o que perfaz, então, 02 (dois) anos para que o Estado tenha exercido o jus puniendi." (fl. 7)

Requer, em liminar e no mérito, o reconhecimento da extinção da punibilidade do Paciente ou, alternativamente, a suspensão do andamento do feito até o julgamento do presente *writ*.

Estes autos foram distribuídos à minha Relatoria por prevenção ao HC n.º 541.314/ES, também impetrado em favor do ora Paciente, cuja petição inicial foi liminarmente indeferida em razão da instrução deficitária dos autos.

É o relatório. Decido.

Verifico, todavia, não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais essenciais, **notadamente do acórdão da apelação**, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)**.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; e HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora